

DEMONSTRAÇÕES E RELATÓRIOS

ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO UNICOOB LTDA.

Dezembro de 2019



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Ilmos. Srs.
Diretores da
ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO UNICOOB LTDA.
Maringá – Paraná.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO UNICOOB LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, da demonstração dos recursos de consórcios e das variações das disponibilidades de grupos de consórcios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO UNICOOB LTDA.** em 31 de dezembro de 2019, o resultado de suas operações, seus fluxos de caixa, a demonstração dos recursos de consórcios e a demonstração das variações das disponibilidades de grupos para o exercício findo naquela data, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais”. Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas


demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Maringá – Pr, 27 de janeiro de 2020.



AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS UNICOOB LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	04	280	293	Fornecedores	11	163	141
Bancos c/ movimento		280	293	Obrigações sociais e Trabalhistas	12	167	102
Valores Realizáveis a curto prazo		9.735	6.860	Obrigações Fiscais	13	455	264
Aplicações Financeiras	05	9.330	6.408	Outras Obrigações	14	55	41
Impostos a recuperar	06	-	101	Provisões p/ pagamentos a efetuar	15	1.025	776
Outros valores a receber	08	360	339	Provisão de férias e encargos		83	61
Despesas a apropriar		45	12	Total do passivo circulante		1.948	1.385
Total do ativo circulante		10.015	7.153				
Não Circulante				Patrimônio Líquido			
Investimentos	09	49	25	Capital social	16	2.900	2.900
Imobilizado	10	115	95	Reserva de lucros		5.363	3.008
Intangível	10	32	20	Total do Patrimônio líquido		8.263	5.908
Total do ativo não circulante		196	140				
Total do ativo		10.211	7.293	Total do passivo e patrimônio líquido		10.211	7.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS UNICOOB LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2º Sem 2019	2019	2018
Receita operacional bruta	13.462	25.087	19.261
Receita de prestação de serviços	13.203	24.611	18.866
Rendas de outros serviços	259	476	395
(-) Deduções da receita bruta	(1.928)	(3.594)	(2.761)
Impostos incidentes s/ vendas	(1.928)	(3.594)	(2.761)
Resultado operacional Bruto	11.534	21.493	16.500
Despesas/Receitas Operacionais	(9.508)	(17.893)	(14.219)
Despesas administrativas	(8.607)	(16.273)	(13.472)
Despesa de pessoal	(995)	(1.856)	(1.123)
Despesas tributárias	-	-	-
Outras despesas operacionais	(103)	(200)	(66)
Receitas (despesas) financeiras	108	272	340
Outras receitas operacionais	89	164	102
(=) Lucro antes da contribuição social	2.026	3.600	2.281
(-) Provisão p/ contribuição social	(192)	(342)	(211)
(=) Lucro antes da provisão imp.de renda	1.834	3.258	2.070
(-) Provisão p/ imposto sobre a renda	(507)	(903)	(549)
Lucro líquido do exercício	1.327	2.355	1.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS UNICOOB LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO****Em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

Descrição	Capital Social	Reserva de	Lucros/Prejuízos	Total
		Lucros	Acumulados	
Saldos em 31/12/2017	2.900	1.487	-	4.387
Lucro do exercício	-	-	1.521	1.521
Transferência para reserva	-	1.521	(1.521)	-
Saldos em 31/12/2018	2.900	3.008	-	5.908
Lucro do exercício	-	-	2.355	2.355
Transferência para reserva	-	2.355	(2.355)	-
Saldos em 31/12/2019	2.900	5.363	-	8.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS UNICOOB LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS - MÉTODO INDIRETO
Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

1 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2019	2018
Lucro do período	2.355	1.521
(+) Depreciação/amortização	33	20
Aumento das aplicações financeiras	(2.922)	(1.854)
Redução dos impostos a recuperar	101	12
Aumento/redução dos outros valores a receber	(21)	64
Aumento das despesas a apropriar	(33)	(12)
Aumento dos fornecedores	22	68
Aumento das obrigações sociais e trabalhistas	65	9
Aumento das obrigações fiscais	191	61
Aumento das outras obrigações	14	2
Aumento das provisões p/pagamentos a efetuar	249	353
Aumento/redução das provisões de férias e encargos	22	(19)
Caixa tomado/gerado pelas Atividades Operacionais	76	225
2 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento dos investimentos	(24)	(9)
Aumento do imobilizado	(51)	(40)
Aumento do intangível	(14)	(16)
Caixa tomado pelas Atividades de Investimentos	(89)	(65)
Redução/aumento do caixa e equivalentes de caixa	(13)	160
3 - Caixa e equivalente de caixa no início do período	293	133
4 - Caixa e equivalente de caixa no final do período	280	293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS UNICOOB LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2019	2018	Passivo	2019	2018
Circulante			Circulante		
Disponibilidades	931	1.744	Obrigações Diversas	287.634	207.122
Aplicações Financeiras	116.124	87.660	Total do passivo circulante	287.634	207.122
Outros Créditos	170.579	117.718			
Total do ativo circulante	287.634	207.122			
Compensação			Compensação		
Prev. Mensal/Recursos a Rec. de Consorciados	15.233	10.683	Recursos Mensais a Rec. de Consorciados	15.233	10.683
Contribuições Devidas ao Grupo	1.039.023	764.704	Obrigações do Grupo por Contribuições	1.039.023	764.704
Consoiciados-Bens a Contemplar	1.002.633	743.139	Obrigações por Futuras Contemplações	1.002.633	743.139
Total da Compensação	2.056.889	1.518.526	Total da Compensação	2.056.889	1.518.526
Total do Ativo	2.344.523	1.725.648	Total do Passivo	2.344.523	1.725.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS UNICOOB LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2º Sem/2019	2019	2018
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	107.726	89.405	58.144
Depósitos Bancários	2.440	1.744	2.143
Aplicações Financeiras do Grupo	7.552	5.924	2.607
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	97.734	81.737	53.394
(+) RECURSOS COLETADOS	144.701	270.731	206.390
Contribuições para Aquisição de Bens	124.754	232.073	177.065
Taxa de Administração	12.835	23.747	18.193
Contribuições ao Fundo de Reserva	1.706	3.035	1.762
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.135	4.354	3.746
Multas e Juros Moratórios	222	415	320
Prêmios de Seguros	1.286	2.569	2.542
Custas Judiciais	56	81	119
Outros	1.707	4.457	2.643
(-) RECURSOS UTILIZADOS	135.372	243.081	175.129
Aquisição de Bens	116.022	206.789	146.041
Taxa de Administração	12.895	23.940	18.311
Multas e Juros Moratórios	111	208	159
Prêmios de Seguros	1.410	2.592	2.570
Custas Judiciais	56	81	119
Devolução a Consorciados Desligados	2.298	5.027	4.180
Outros	2.580	4.444	3.749
DISPONIBILIDADES NO FINAL DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	117.055	117.055	89.405
Depósitos Bancários	931	931	1.744
Aplicações Financeiras do Grupo	7.433	7.433	5.924
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	108.691	108.691	81.737

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO UNICOOB LTDA.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Valores expressos em R\$ mil)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Administradora de Consórcio Unicoob Ltda., é uma sociedade limitada e obteve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil em 19 de maio de 2010 com publicação no Diário Oficial da União de 21 de maio de 2010.

A empresa tem por objeto social à administração de grupos de consórcios em quaisquer das modalidades permitidas pela legislação e regulamentação vigentes.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), específicas para a atividade de consórcio.

A elaboração das demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ativos fiscais diferidos, as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Administradora, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração

e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 07/01/2020.

NOTA 03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 – Da Administradora

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Receita financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

A Administradora revisa estas premissas e estimativas semestralmente.

Segue abaixo os assuntos objeto de estimativa pela Empresa:

- Ajuste ao valor justo de ativos e passivos;

- Vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida;
- Valor justo de instrumentos financeiros;
- Perdas com créditos de liquidação duvidosa;
- Provisão para contingências (processos judiciais, fiscais, trabalhistas e cíveis); e
- Ajuste a valor presente.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da empresa, exceto quando indicado de outra forma.

e) Ativos circulante e não circulante

• Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, sejam iguais ou inferiores a 90 dias, ou seja, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

• Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperáveis (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear o resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Os ativos imobilizados têm o seu valor recuperável testado por ocasião do levantamento das demonstrações financeiras, caso haja indicadores de perda de valor.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 a Administradora não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

- **Demais ativos circulante e não circulante**

São apresentados ao valor líquido de realização.

f) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

g) Fornecedores

São inicialmente reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações cambiais incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Administradora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um

evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro (CSLL) são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% para o IRPJ sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240mil ao ano (R\$ 120 mil ao semestre), e 9% para a CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

j) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

k) Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, foram ajustados a valor presente, tomando-se por base a data de origem da transação ou da transição.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/2008, os ativos e passivos não circulantes, bem como os ativos e passivos circulantes relevantes, são registrados a valor presente na data da respectiva transação com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao

resultado ao longo da vida do ativo ou passivo com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

I) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, aprovado pela Circular CMN n.º 3.823/2009.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

3.2 – Dos Grupos de Consórcios

Os recursos dos grupos de consórcios foram registrados segundo as normas do Banco Central do Brasil.

a) Disponibilidades e aplicações financeiras

Representam os recursos disponíveis relativos a valores vinculados a contemplação e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos de consórcios, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária segundo determinação do Banco Central do Brasil.

Esses recursos são aplicados em fundos de investimentos de curto prazo e seus rendimentos líquidos são incorporados aos

fundos: comum e de reserva de cada grupo, por meio de rateio proporcional à participação de cada grupo no total das receitas, não incidindo sobre estes, a taxa de administração;

b) Outros créditos

São as contribuições a receber dos consorciados contemplados (fundo comum e fundo de reserva). O montante foi calculado com base no preço vigente do bem em 31 de dezembro de 2019.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Trata-se da previsão dos recebimentos de contribuições de consorciados (fundo comum e fundo de reserva). O montante foi calculado com base no preço vigente do bem em 31 de dezembro de 2019.

d) Contribuições devidas ao grupo

Representam as contribuições de consorciados (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o encerramento dos grupos.

e) Valores bens ou serviços a contemplar

Corresponde ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculados com base no preço do bem vigente em 31 de dezembro de 2019.

f) Outras obrigações

Representam as obrigações com consorciados, valores a repassar, obrigações por contemplações a entregar, recursos a devolver a consorciados e recursos dos grupos, calculados com base no preço do bem vigente em 31 de dezembro de 2019.

g) Recursos coletados

Representam todos os recursos coletados desde a constituição dos grupos ativos, inclusive os reajustes de caixa, os rendimentos vinculados e o fundo de reserva.

O valor da contribuição mensal para aquisição de bens, recebida dos participantes dos grupos, é determinado com base no valor do bem e percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescidos da taxa de administração e do seguro de vida, quando autorizado pelo consorciado.

O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo pelo não recebimento de prestações.

h) Recursos utilizados

Representam todos os pagamentos realizados pela Administradora por conta dos grupos, inclusive a taxa de administração, decorrentes dos diversos compromissos dos grupos.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição para aquisição do bem, tendo seu valor de acordo com o percentual estipulado no contrato de adesão.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O valor de R\$ 280 mil (R\$ 293 mil em 31/12/2018) refere-se ao saldo de conta corrente bancária da Administradora.

A composição do saldo da conta banco conta movimento era a seguinte:

Instituição Financeira	2019	2018
Bancoob	270	162
Sicoob Metropolitano	10	131
Total	280	293

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos saldo na conta corrente bancária.

A empresa dispõe de uma política corporativa para o gerenciamento de caixa e equivalentes de caixa que estabelece as diretrizes, procedimentos e responsabilidades nas tomadas de decisão em

conformidade ao plano estratégico e às boas práticas administrativas.

Essa política permite à alta administração identificar o comprometimento do capital, bem como, visa garantir:

- Liquidez da Entidade;
- Minimização do risco financeiro; e
- Adequado retorno do capital investido.

NOTA 05 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A composição da aplicação financeira era a seguinte:

Instituição Financeira	Modalidade	2019	2018
Bancoob	CDB-POS-CDICE	3.344	3.001
Sicoob Metropolitano	RDC-LONGO PÓS-CDI	5.737	3.222
IRRF provisão s/rendimentos		215	249
Total		9.330	6.408

O valor refere se a aplicação financeira de renda fixa, cujo rendimento estava apropriado como receita até a data do balanço patrimonial.

A empresa não efetua aplicações financeiras de caráter especulativo, em derivativos, ações ou quaisquer outros ativos de risco.

NOTA 06 – TRIBUTOS A RECUPERAR

O valor R\$ 101 mil em 31/12/2018 refere-se ao recolhimento antecipados de IRPJ e CSLL, compensado com futuros débitos dos referidos tributos no exercício de 2019.

NOTA 07 – OUTROS VALORES A RECEBER

O valor de R\$ 360 mil (R\$ 339 mil em 31/12/2018) estava assim composto:

Conta	2019	2018
Adiantamentos funcionários	-	4
Valores a receber	8	-
Contribuições a receber ajuizadas	352	335
Total	360	339

Os valores estavam avaliados pelo valor justo na data das demonstrações contábeis.

NOTA 08 – INVESTIMENTOS

O valor de R\$ 49 mil (R\$ 25 mil em 31/12/2018) refere-se a quotas de capital social integralizada junto a Cooperativa Sicoob Metropolitano.

NOTA 09 – IMOBILIZADO E INTANGIVEL

A composição do saldo da conta imobilizado técnico era a seguinte:

Conta	2019			2018		
	Custo	(-)Depreciação	(=)Líquido	Custo	(-)Depreciação	(=)Líquido
Máquinas e equipamentos	4	(3)	1	4	(2)	2
Móveis, utens. e instalações	49	(7)	42	25	(4)	21
Computadores e periféricos	149	(83)	66	128	(56)	72
Benfeitorias imóveis terceiros	6	-	6			-
Software e licença de uso	59	(27)	32	45	(25)	20
Total	267	(120)	147	202	(87)	115

NOTA 10 – FORNECEDORES

O valor de R\$ 163 mil (R\$ 141 mil em 31/12/2018) refere-se a obrigações com fornecedores, referente a compra de materiais e prestação de serviços aplicados as atividades da Administradora.

Na data das demonstrações contábeis a conta estava avaliada a valor presente.

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

O valor de R\$ 167 mil (R\$ 102 mil em 31/12/2018) refere-se salários, encargos sociais e participação nos lucros a pagar.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES FISCAIS

O valor de R\$ 455 mil (R\$ 264 mil em 31/12/2018) refere-se aos tributos, PIS, COFINS, IRRF, ISSQN a recolher, bem como, aos tributos retidos em nota fiscal.

Os tributos possuíam vencimentos diversos em janeiro de 2020.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

O valor de R\$ 55 mil (R\$ 41 mil em 31/12/2018) refere-se a contas a pagar ao Sicoob Central e a prestação de serviços de terceiros.

NOTA 14 – PROVISÕES PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

O valor de R\$ 1.025 mil (R\$ 776 mil em 31/12/2018) refere-se a:

Conta	2019	2018
Provisão para contingências	15	-
Obrigações com grupo de consórcios	92	133
Obrigações assessoria documentos	31	-
Obrigações taxa vistoria a pagar	12	-
Obrigações com grupos encerrados	271	121
Valores a ratear - grupos	252	191
Obrigações com grupo - cobrança judicial	352	331
Total	1.025	776

Na data das demonstrações contábeis as contas estavam avaliadas a valor presente.

NOTA 15 – CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro o capital social era formado por 2.900.000 (dois milhões e novecentas mil) quotas com valor nominal unitário de R\$ 1,00 assim distribuído entre sócios pessoas jurídicas nacionais.

Sócios	Quotas	
	2019	2018
Central das Cooperativas de Crédito do Estado do Paraná	2.886.000	2.884.000
Cooperativas Singulares Filiadas a Central Paraná	14.000	16.000
Total	2.900.000	2.900.000

No exercício de 2019 não houve aumento de capital social ou alteração do quadro social.

Conforme terceira alteração consolidada do contrato social da **ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO UNICOOB LTDA.** registrada junto a JUCEPAR sob nº 20183059867 de 10/09/2018, o quadro social é composto como segue:

Nome do Sócio	Nº de Quotas
Central das Cooperativas de Crédito Unicoob - Sicoob Central Unicoob	2.886.000
Cooperativa de Crédito Sicoob Aliança	1.000
Cooperativa de Crédito Sicoob Horizonte - Sicoob Horizonte	1.000
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Médio Oeste - Sicoob Médio Oeste	1.000
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Marechal Cândido Rondon e Região-Sicoob Marechal	1.000
Cooperativa de Crédito de Cascavel e Região - Sicoob Credicapital	1.000
Cooperativa de Crédito do Iguazu Integrado - Sicoob Integrado	1.000
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Três Fronteiras - Sicoob Três Fronteiras	1.000
Cooperativa de Crédito Sicoob Vale do Iguazu	1.000
Cooperativa de Crédito Sul - Sicoob Sul	1.000
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Norte do Paraná - Sicoob Norte do Paraná	1.000
Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá - Sicoob Metropolitano	1.000
Cooperativa de Crédito do Noroeste do Paraná - Sicoob Noroeste do Paraná	1.000
Cooperativa de Crédito da Região Meridional do Brasil - Sicoob Unicoob Meridional	1.000
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Umuarama - Sicoob Arenito	1.000

NOTA 16 – PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas estavam assim distribuídas nas demonstrações contábeis:

	Parte relacionada	2019	2018
Ativos			
Aplicações financeiras (nota 05)	Sicoob Metropolitano	5.737	3.222
Investimentos (nota 08)	Sicoob Metropolitano	49	25
Passivos			
Outras obrigações (nota 13)	Sicoob Central	33	22
	Parte relacionada	2019	2018
Resultado			
Custos operacionais	Cooperativas Singulares Sócias	13.239	10.953
Despesas administrativas	Sicoob Central	783	489
Receitas financeiras	Sicoob Metropolitano	251	159

NOTA 17 – HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A empresa considera como pessoal-chave da administração os Diretores.

Os Diretores são remunerados da seguinte forma:

- ✓ **Pró-labore:** retirada pró-labore mensal;

A empresa não oferece benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo a seus administradores.

No período não foi pago valores a título de gratificações a administradores.

A Administradora possui o valor de R\$ 80 mil registrado no passivo circulante referente provisão para participação no resultado dos funcionários.

NOTA 18 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração da empresa, suportada pela opinião de sua assessoria jurídica, avaliou a possibilidade de ocorrência de contingências passivas da seguinte forma:

a) Tributária

A Entidade não possui contingências passivas de natureza tributária na data das demonstrações contábeis.

Toda dívida tributária está registrada contabilmente.

b) Trabalhista

A Entidade não possui contingências passivas relevantes de natureza trabalhista na data das demonstrações contábeis.

c) Civil, comercial e outras

A Entidade não possui contingências passivas relevantes de natureza civil, comercial e outras.

Todas as possibilidades de contingências dessa natureza encontram-se registradas contabilmente.

De acordo com o CPC 25 que trata das Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes a contabilização das contingências segue as seguintes premissas:

- ✓ **Provável:** a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza que a empresa irá perder, tendo prejuízo financeiro e contabilização a ser realizada;
- ✓ **Possível:** a assessoria jurídica julga com mesmo grau de possibilidade a perda ou ganho por parte da empresa, ou seja, há grande incerteza não havendo contabilização a ser realizada;
- ✓ **Remota:** a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza o ganho por parte da empresa, não havendo contabilização a ser realizada.

As referidas premissas foram avaliadas e constam adequadamente nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

NOTA 19 – MANUAL DE CONTROLE INTERNO

A Administradora possui elaborado o manual de controle interno, onde se encontra registrado:

- a) O processo operacional da Administradora e dos Grupos de Consórcio;
- b) O gerenciamento de riscos; e
- c) O gerenciamento das contingências.

NOTA 20 – OUVIDORIA

Atende as manifestações recebidas por meio de sistema de processamento de dados específico, atendimento via DDG 0800, tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos consorciados.

NOTA 21 – LIMITE DE ALAVANCAGEM

Levando-se em consideração que o limite de alavancagem das administradoras de consórcios estabelecido no artigo 1º da Circular BACEN 3.524 de 03/02/2011 conjugado com as modificações introduzidas pelo artigo 6º da Circular BACEN 3.433 de 03/02/2009, é de seis vezes o valor de seu Patrimônio Líquido Ajustado.

Verificamos que na data base de 31 de dezembro de 2019 à Administradora se encontra enquadrada no referido limite.

NOTA 22 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2019 a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 23 – GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Posição das Operações de Consórcios	2019	2018
Quantidade de Grupos Administrados	80	67
Quantidade de Consorciados Ativos	21.287	23.030
Bens Entregues no Período	3.552	2.689
Bens Entregues - Total	15.403	11.851
Quantidade de Bens Pendentes de Entrega	2.055	1.526
Taxa de Inadimplência – Consorciados Contemplados	3,97%	2,32%
Taxa de Inadimplência – Consorciados não Contemplados	6,35%	4,59%

José Maria Bueno Filho
Diretor Administrativo
CPF: 075.096.209-68

Terezinha Sandra Toffoli Barbosa
Diretora Superintendente
CPF: 755.894.359-00

Claudia Cíntia Gelinkas Baretta
Contadora – CRC/PR 050085/O-1
CPF 029.053.769-02